



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

467/2018 —

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Prefeito Alexandre Kalil pedido de informação sobre o concurso para preenchimento das vagas para o cargo de professor municipal efetivo no âmbito da PBH vinculado ao edital 06/2014.

Este pedido de informações se justifica pelo risco de vencimento do prazo do concurso sem que haja nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas, direito líquido e certo conforme a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Diante disso, faz-se necessário que as seguintes informações sejam respondidas:

1. Quantas das vagas estipuladas no edital 06/2014 foram preenchidas?
2. Quantas vagas serão preenchidas até o fim do prazo do concurso?
3. Houve contratação de terceirizados para a mesma função desde a homologação do resultado do concurso?
4. Tem havido acúmulo de carga horária por parte dos professores já nomeados no concurso vinculado ao edital 06/2014?

Belo Horizonte, 02 de maio de 2018.

Vereadora Aurea Carolina

Cida Falabella
Vereadora Cida Falabella

Ao Senhor

Vereador Dr. Nilton

Presidente da Comissão de Administração Pública

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
01 / 05 / 18
<i>[Assinatura]</i>
Folha nº 01 de 01



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER EM SEGUNDO TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 122/2017

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

O projeto de lei nº 122/2017 de autoria do nobre Vereador Fernando Borja, que “Torna obrigatório, no Município de Belo Horizonte, que o Poder Público Municipal proíba a divulgação ou acesso de crianças e adolescentes a imagens, músicas, textos pornográficos ou obscenos e dá outras providências”, vem a esta Comissão para análise e emissão de parecer, em segundo turno, após ter sido aprovado em primeiro turno no dia 12 de dezembro de 2017, conforme documento de fls. 74.

Em análise inicial pela Comissão de Legislação e Justiça, as cinco emendas apresentadas receberam parecer, pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

Tendo sido designado relator, passo a emitir parecer sobre as emendas 1,2,3,4 e 5 na forma regimental.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em epígrafe visa a proibição de divulgação ou acesso de crianças e adolescentes a imagens, músicas, textos pornográficos ou obscenos.

Com base nisso, passemos à análise das emendas, conforme determina o art.110 do Regimento Interno.

A Constituição Federal em seu art. 37, caput, dispõe que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Como leciona Hely Lopes Meirelles: “a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

CHH_INTLEG-ES/abr/18-17-46-20-001799-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nesse contexto e dentro das atribuições desta Comissão, passo à análise das emendas apresentadas:

Emenda Supressiva n° 1 de autoria da Vereadora Cida Falabella, suprime integralmente o art. 4° do Projeto sob análise que em síntese impõe que a administração pública direta e indireta, faça constar cláusula que obrigue contratados, patrocinados e beneficiados por eventos e serviços públicos a não expor crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico. Como o art. 4° faz remissão ao art. 3° do Projeto de Lei em comento, a emenda n° 1 esvazia a efetividade tanto do art. 4°, quanto do art. 3°.

Entendo que a emenda ora analisada retira a espinha dorsal do Projeto, que é a proibição do Poder Público Municipal e eventos patrocinados por ele de exporem crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico. Essa espinha dorsal é composta de uma tríade de ações garantidoras que visam o cumprimento do objeto do Projeto, ou seja sua eficiência.

Essa tríade de ações garantidoras contidas no Projeto são: a proibição de que serviços públicos ou eventos patrocinados pelo Poder Público municipal exponham crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico; a punição do Poder Público ou do agente público responsável pela exposição de crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico e o direito dos pais e responsáveis poderem representar perante a Administração Direta ou Ministério Público em caso de violação das obrigações do Projeto.

A emenda n° 1 retira a possibilidade do Projeto de Lei de garantir que a legislação federal atinente ao tema seja cumprida na esfera municipal. Os art. 78 e 79 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) asseveram que:

“Art. 78. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Parágrafo único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.

“Art. 79. As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.”

O ECA cria as bases para que as crianças e adolescentes sejam protegidos de conteúdo pornográfico, o que embasa a legislação municipal a criar mecanismos que deem maior efetividade ao cumprimento da lei federal.

Desta forma, me manifesto contrário a Emenda n° 1.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Emenda Substitutiva nº 2, de autoria da Vereadora Aurea Carolina, visa substituir o art. 2º do Projeto de Lei, trazendo em seu *caput*, o conceito de que o Estado tem corresponsabilidade com a família na criação e educação das crianças e adolescentes. No entanto, diferentemente do que diz a emenda, a criação e educação das crianças e adolescentes, que pode ser traduzida no conjunto de regras morais, éticas e de convivência, incumbe à família, nos termos do art. 229 da Constituição Federal e art. 1634 do Código Civil.

Eis o que a Constituição Federal diz:

“Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

Por sua vez, o Código Civil determina que:

“Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:

I- dirigir-lhes a criação e a educação.

(...)

Como se denota dos dispositivos acima, a criação e educação dos filhos compete exclusivamente aos pais. O dever do Estado é fornecer meios para que as crianças e adolescentes tenham acesso ao ensino como forma de conhecimento, o que em linguagem simplificada pode ser resumida na frase: “pais educam, escola ensina”.

Com base nos preceitos legais citados, me manifesto contrário a emenda nº2

Emenda Substitutiva n.3, de autoria da Vereadora Aurea Carolina, altera o art. 6º do Projeto, retirando outro elemento da tríade de ações garantidoras, qual seja, a punição do Poder Público ou do agente público responsável pela exposição de crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico.

A emenda nº3 diz:

“A violação ao disposto nesta lei implicará, quando couber, na imposição de pena ou sanção administrativa correspondente ao dispositivo legal violado”. (grifei)

O conceito trazido pela emenda nº 3 é extremamente vago, não especifica os casos em que caberia a imposição de pena ou sanção administrativa, além de não definir qual o tipo de pena ou sanção será aplicada e a quem será aplicada.

A imposição de sanção pecuniária ao Poder Público e ao servidor faltoso é a forma mais efetiva para se garantir o cumprimento das obrigações contidas no Projeto, o que a emenda nº3 acaba por descaracterizar.

Desta forma, me manifesto contrário a emenda n.3.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Emenda Supressiva n.4, de autoria da Vereadora Cida Falabella, faz supressão integral do art. 3º do Projeto.

O art.3º do Projeto é mais um elemento da referida tríade de ações garantidoras, pois proíbe que serviços públicos ou eventos patrocinados pelo Poder Público municipal exponham crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico. Nesse sentido a emenda nº 4 retira mais essa garantia.

Sendo o art. 3º a espinha dorsal do Projeto, uma vez que obriga o Poder Público, serviços públicos e agentes públicos a não expor crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico, me manifesto contrário a emenda nº 4.

Emenda Supressiva n. 5, de autoria da Vereadora Cida Falabella, retira o direito dos pais, responsáveis e de qualquer cidadão de acionar a Administração Direta e o Ministério Público, caso alguma violação às obrigações do Projeto seja descumprida.

A sociedade também precisa ser um agente regulador das ações do Poder Público e a emenda n.5 retira esse protagonismo dado à sociedade na pessoa dos pais e responsáveis legais.

Como se não bastasse o direito de petição é constitucionalmente assegurado pelo art.5º, XXXIV, "a", da CF/88, nos seguintes termos: "o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder".

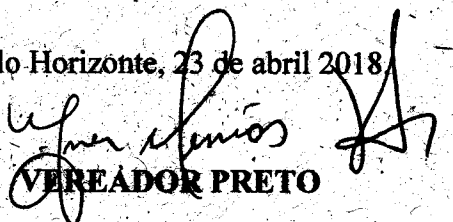
Assim supressão deste direito implica em violação de preceito constitucional citado.

Sendo assim, me manifesto contra a emenda nº5.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto e dentro das atribuições desta Comissão, manifesto-me pela rejeição das emendas nº 1,2,3,4, e 5 do Projeto de Lei nº 122/2017.

Belo Horizonte, 23 de abril 2018


VEREADOR PRETO

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº. 230/2017

Na qualidade de relator da Comissão de Administração Pública, com o objetivo de analisar o mérito do Projeto de Lei nº 230/2017, de autoria do Vereador Henrique Braga que "Institui a política municipal de promoção da arte urbana do grafite e de combate à pichação no espaço público urbano", proponho seja o Projeto baixado em diligencia, nos termos do Regimento Interno.

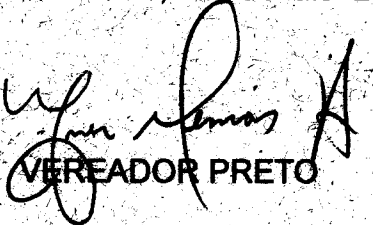
FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em comento tem por objetivo instituir a política municipal de promoção da arte urbana do grafite e de combater a pichação no espaço público urbano.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de subsidiar meu parecer, proponho baixar esta proposição em diligencia à Secretaria Municipal de Políticas Urbanas solicitando a apresentação de um parecer sobre a viabilidade técnica e operacional do Projeto, bem como uma avaliação de sua eficiência/conveniência administrativa e impacto financeiro.

Belo Horizonte, 02 de maio 2018.


VEREADOR PRETO

CMBH_DIREG-02/ma/18-18:44:29-001903-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 393/2017

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Pedro Bueno, o Projeto de Lei nº 393/2017 que dispõe sobre “A criação da Patrulha Guardiã Maria da Penha no Município e dá outras providências” é trazido ao juízo desta Comissão de Administração Pública.

No seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do projeto.

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor apresentou parecer aprovando o Projeto com apresentação de emendas.

Encaminhado anteriormente para esta Comissão, foi apresentada a proposta de diligência fls.39, vindo resposta às fls. 43/44v.

Na condição de relator designado para análise da matéria, a teor da competência definida pelo artigo 52, II, “g” do Regimento Interno, passo a fundamentar parecer e voto.

FUNDAMENTAÇÃO

A Patrulha Guardiã, representará mais um mecanismo do Poder Público para que a Lei Maria da Penha possa funcionar efetivamente.

Conforme consta da justificativa, além de monitorar o cumprimento das normas penais, as patrulhas devem desenvolver um trabalho de prevenção e de combate a violências físicas, psicológicas, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres. Isso porque o deferimento das medidas protetivas não conferem às vítimas uma efetiva segurança, pois os agressores não cumprem as determinações legais.

Sob essa perspectiva, e em consonância com o parecer emitido pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, tem-se que o Projeto em comento propõe significativa melhoria na prestação de um serviço público, pois possibilitará aos

CHBH_DIREG-02/mal/18-18-44-00-001982-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

servidores da Guarda Municipal cumprir a determinação contida no artigo 22 da Lei Maria da Penha, assegurando a efetividade às medidas protetivas de urgência previstas na Lei.

No tocante ao que compete a esta Comissão, vale lembrar que um dos princípios norteadores da Administração Pública é o da eficiência na prestação do serviço público, conforme art. 37 da Constituição Federal.

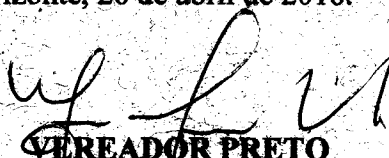
A Administração Pública se rege por princípios de observância obrigatória em todos os atos do Poder Público, dentre os quais o do interesse público e o da eficiência. Por esses princípios a Administração Pública deve se reger pela qualidade na prestação dos serviços públicos, assegurando sua eficiência.

Dessa forma, a aprovação do Projeto de Lei nº 393/2017 é medida que se impõe sob a perspectiva da competência da Comissão de Administração Pública.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, manifesto-me pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 393/2017.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2018.


VEREADOR PRETO
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 418/2017

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Elvis Côrtes, o Projeto de Lei nº 418/2017 que **"Torna obrigatória a instalação de placas que informem sobre a presença e o funcionamento do botão de emergência de escadas rolantes, nos estabelecimentos em que estas se encontrem"**, vem a este relator em primeiro turno.

No processo legislativo, o PL 418/2017 recebeu da Comissão de Legislação e Justiça, o parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade; Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana - pela aprovação; Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor - após resposta da diligência requerida ao Corpo de Bombeiros Militar - MG, posicionou-se favoravelmente a esta propositura.

Designado Relator para esta matéria nesta douta Comissão de Administração Pública, é nesta condição que passo a fundamentar este parecer, nos termos do art. 52, II, "I" de forma regimental.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 418/2017 que **"Torna obrigatória a instalação de placas que informem sobre a presença e o funcionamento do botão de emergência de escadas rolantes, nos estabelecimentos em que estas se encontrem"**, roga por sinalizar os locais de acionamento e desligamento das escadas rolante do município de Belo Horizonte, facilitando a difusão desta informação ao usuário e disponibilizando o mesmo via Braille.

O norte desta fundamentação baseia-se na alínea I) matéria referente ao direito administrativo em geral". Com este determinante, passo à fundamentação.

Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. 303b – Santa Efigênia – BH/MG – Tel. 3555-1191

E-mail: ver.pedrobueno@cmbh.mg.gov.br - 1 de 2

CHBH_DIRLEG-02/maj/18-15:01:47-001878-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As normas vigentes não evidenciam o local que pode ser acionado caso haja alguma intercorrência em escadas rolante. O hábito e a padronização deste aviso, realmente, pode evitar situações perigosas ao usuários.

Em respeito à coisa pública, não observo infringimento neste comportamento administrativo quanto à execução da norma em estudo. A fiscalização de praxe não é alterada com a edição desta norma, e a inovação necessária a uma proposta legislativa está presente enaltecendo a iniciativa do autor.

Evidenciado a ausência de vícios, segue a conclusão.

CONCLUSÃO

Pelas razões aduzidas, manifesto-me pela **Aprovação** ao Projeto de Lei 418/2017.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2018.

Vereador Pedro Bueno
PODEMOS
Relator

Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. 303b – Santa Efigênia – BH/MG – Tel. 3555-1191

E-mail: ver.pedrobueno@cmbh.mg.gov.br - 2 de 2



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM TURNO EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 441/2017 COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Voto do Relator

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de nº 441/2017, de autoria do vereador Catatau que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao Legislativo sobre as alterações nas tarifas do Serviço de Transporte Público de Passageiros do Município de Belo Horizonte”.

O presente feito foi regularmente processado e remetido a Comissão de Legislação e Justiça, tendo sido designada como Relator o Vereador Doorgal Andrada que emitiu o parecer de fls. 10/13 aprovado pela Comissão, opinando pela rejeição do projeto.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, foi inicialmente designado como Relator o Vereador Bispo Fernando Luiz que emitiu o parecer de fls. 18, aprovado pela Comissão, opinando favoravelmente ao Projeto.

Remetidos os autos a Comissão de Administração Pública vieram-me os autos conclusos na condição de Relator em 18/04/2018.

É o relatório.

Fundamentação

A proposta trata da instauração do Programa “Trânsito Legal” e regula a utilização dos veículos guinchos destinados à remoção de veículos nas vias públicas da capital.

A intervenção desta Comissão de Administração Pública se justifica por força do que dispõe o artigo 52, inciso II, alíneas *g*, *j* e *l* do Regimento Interno.

CMBH_DIREC-02/mar/18-18:54:59-00185-1

A LOMBH em seu artigo 193 dispõe que:

Art. 193 - Incumbe ao Município, respeitadas as legislações federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.

Percebe-se que de acordo com a lei orgânica do município a matéria tratada na iniciativa do Vereador Catatau é de competência residual notadamente por se tratar de legislação de trânsito.

A medida proposta implica numa racionalização do atendimento do serviço de reboque ao descentralizar o atendimento prestado, remanejando para as regionais os veículos tipo guincho.

O trânsito em Belo Horizonte apresenta-se caótico como um tido, a interrupção do fluxo por veículos imobilizados, que seja por defeito mecânico quer seja por acidente é uma realidade que precisa ser enfrentada, inclusive com a apresentação de soluções viáveis e de fácil operacionalização.

A disponibilização de guinchos em pontos estratégicos da cidade, observada a área de atuação de cada regional, a nosso ver tem o mérito de possibilitar um atendimento mais ágil e eficaz face a distância a ser percorrida até o local de atendimento otimizado a prestação do serviço público.

Destaco por fim, que a proposta não implica em violação de competência da BHTrans que continuará na gestão do serviço e nem implica em aumento de despesa, uma vez que prevê sua remuneração pelo usuário.

Conclusão

Face a pertinência da matéria voto pela aprovação do Projeto de Lei 441/2017.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2018.



Vereador Fernando Borja Pinto



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR FERNANDO BORJA

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 481/2018
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Voto do Relator

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de nº 481/2018, de autoria do vereador Edmar Branco que 'Altera a Lei nº 10.441/12, que Cria o Parque Municipal do Bairro Trevo'.

O presente feito foi regularmente processado e remetido a Comissão de Legislação e Justiça, tendo sido designado como Relator o Vereador Wellington Magalhães que no parecer de fls. 15/18 aprovado pela Comissão, opina pela aprovação do projeto.

Na Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, foi designado Relator o Vereador Osvaldo Lopes, em cujo parecer de fls. 23/24 aprovado pela Comissão, se manifestou pela aprovação do projeto.

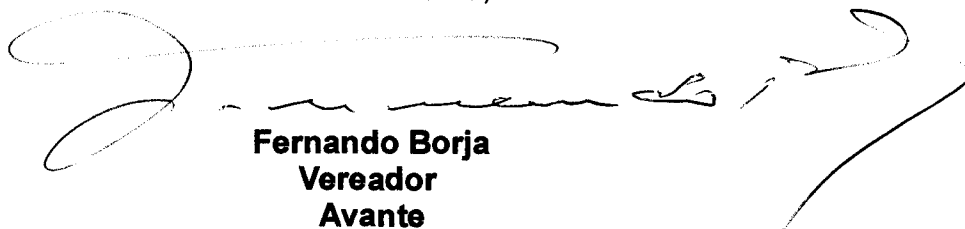
Recebidos os autos na Comissão de Administração pública, após designação de Relator, vieram-me os autos conclusos para parecer, em 23/04/2018.

Conclusão

Assim, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, proponho seja esta propositura baixada em diligência à Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica com o objetivo de se manifestar quanto a viabilidade técnica do projeto, devendo ainda se manifestar quanto a necessidade e eficiência da propositura.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2.018 .

Atenciosamente,



Fernando Borja
Vereador
Avante

CHBH_DIREG-27/abr/18-13:08:19-001839-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR FERNANDO BORJA

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 496/2017
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Voto do Relator

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de nº 496/2017, de autoria do vereador Carlos Henrique que “Institui a Brigada Arborista no âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”.

O presente feito foi regularmente processado e remetido a Comissão de Legislação e Justiça, tendo sido designado como Relatora a Vereadora Nely que emitiu o parecer de fls. 18/20 aprovado pela Comissão, opinando pela aprovação do projeto.

Na Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana foi indicado Relator o Vereador Osvaldo Lopes, cujo parecer de fls. 22/23 pugna pela aprovação do projeto.

Remetidos os autos a Comissão de Administração Pública vieram-me os autos conclusos na condição de Relator em 23/04/2017.

Assim, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, proponho seja esta proposição baixada em diligência à Secretaria de Meio Ambiente, para se manifestar quanto a necessidade, viabilidade e eficiência da proposição.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2018.

Atenciosamente,



Fernando Borja
Vereador
Avante

CMBH_LITRLEG-27/abr/18-13:08:32-001840-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM TURNO EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 511/2018 COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Voto do Relator

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de nº 511/2018, de autoria do Vereador Catatau que “Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte colocar banheiros químicos masculinos e femininos nas Feiras Livres da Capital e dá outras providências”.

O presente feito foi regularmente processado e remetido a Comissão de Legislação e Justiça, tendo sido designado como Relator o Vereador Wellington Magalhães que não emitiu parecer.

Encaminhado o feito a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, foi designado Relator o Vereador Rafael Martins que em seu parecer de fls. 18/20, aprovado pela Comissão, conclui pela aprovação do projeto com a apresentação de emenda.

Recebidos os autos na Comissão de Administração pública, após designação de Relator, vieram-me os autos conclusos para parecer, em 23/04/2018.

É o relatório.

Fundamentação

A proposta Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte colocar banheiros químicos masculinos e femininos nas Feiras Livres da Capital e dá outras providências.

A medida, em sua essência, é pertinente e condiz com a política adotada pelo Município de Belo Horizonte, especialmente no que diz respeito ao uso de logradouro público.

CMBH_DIREG-02/mal/18-15:55:33-001886-1

A Lei 8.616/2003 que contém o Código de Posturas do Município, em seu artigo 88 dispõe que:

Art. 88 - O Executivo poderá instalar sanitários públicos nos locais de maior trânsito de pedestres, especialmente na Zona Central de Belo Horizonte - ZCBH -, podendo delegar a terceiros, mediante licitação, a construção, manutenção e exploração do sanitário, conforme avaliação técnica.

Parágrafo único - A instalação de sanitários somente poderá ocorrer em logradouros dotados de faixa de mobiliário urbano, nos termos do regulamento.

Percebe-se pois que a iniciativa do nobre vereador esta de acordo com o que dispõe o Código de Postura Municipal, autorizando a instalação de banheiros químicos nas feiras livres realizadas no município.

Já tive a oportunidade de me manifestar quanto a matéria.

O problema da ausência de banheiros públicos na cidade de Belo Horizonte é histórica, não sendo enfrentado de forma eficiência até o presente momento, sendo que o presente projeto, se não tem o condão de solucionar integralmente a demanda, ao menos minimiza o impacto da falta de banheiros para uso público.

A meu ver a medida inclusive vem cumprir preceito constitucional uma vez que a Constituição Federal de 1988 traz como fundamentos da República Federativa do Brasil e consequentemente, do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana.

É o que dispõe o art. 1º, III da Constituição Federal:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III – a dignidade da pessoa humana.”

A ausência de banheiros públicos no município expõe o cidadão a situação vexatória e degradante, uma vez que fica impossibilitado de atender a uma necessidade fisiológica sobre a qual não tem controle.

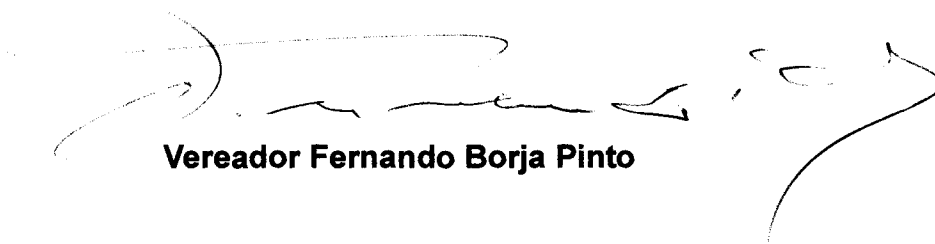
A falta de iniciativa do poder público em buscar uma solução para esta demanda social, disponibilizando instalações sanitárias separadas por sexo, compostas de vasos e lavatórios suficientes para atender a população, proporcionando privacidade e resguardo conveniente aos usuários, por si só justificam a aprovação do projeto de lei.

Perceba-se pois que a medida proposta esta inserida no rol de atribuições do Município além de ser revestida de relevante valor social.

Conclusão

Face a pertinência da matéria, voto pela aprovação do projeto.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2.018.



Vereador Fernando Borja Pinto



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº. 518/2018

Na qualidade de relator da Comissão de Administração Pública, com o objetivo de analisar o mérito do Projeto de Lei nº 518/2018, de autoria do Vereador Iran Melo que "Institui como Política o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência no Município e dá outras providências", proponho seja o Projeto baixado em diligência, nos termos do art. 86 do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

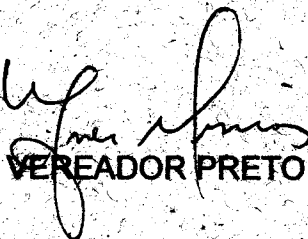
O Projeto de Lei em comento tem por objetivo autorizar o Executivo a instituir Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência, com a finalidade de promover, nas escolas e na comunidade, ações voltadas à prevenção do uso indevido de drogas, a promoção da cidadania e a disseminação da paz, a ser executado pela Guarda Municipal, Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e da Secretaria Municipal de Educação.

Embora louvável a iniciativa do nobre colega, não podemos emitir parecer antes de ouvir os órgãos responsáveis pela implantação, fiscalização e aplicação de multa.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de subsidiar meu parecer, proponho baixar esta proposição em diligência à Guarda Municipal, Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a apresentação de um parecer sobre a viabilidade técnica e operacional do Projeto, bem como uma avaliação de sua eficiência/conveniência administrativa e impacto financeiro.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2018.


VEREADOR PRETO

CDBH-DIREG-04/MAL/18-16-12-31-00000-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº. 519/2018

Na qualidade de relator da Comissão de Administração Pública, com o objetivo de analisar o mérito do Projeto de Lei nº 519/2018, de autoria do Vereador Irlan Melo que "Altera os artigos 55,56 e 58 da Lei nº 10.534, de 10 de setembro de 2012, que dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Município, e dá outras providências", proponho seja o Projeto baixado em diligência, nos termos do art. 86 do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em comento tem por objetivo acrescentar dispositivos à Lei 10.534/2012, tipificando o ato de jogar lixo fora dos equipamentos destinados para este fim nos logradouros públicos, como atos lesivos à conservação da limpeza urbana, passível de multa pelo órgão competente.

Embora louvável a iniciativa do nobre colega, não podemos emitir parecer antes de ouvir os órgãos responsáveis pela implantação, fiscalização e aplicação de multa.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de subsidiar meu parecer, proponho baixar esta proposição em diligência à SLU, Guarda Municipal e à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura- SMOBI, solicitando a apresentação de um parecer sobre a viabilidade técnica e operacional do Projeto, bem como uma avaliação de sua eficiência/conveniência administrativa e impacto financeiro.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2018.


VEREADOR PRETO

CMBH_DIREG-04/maj/18-12-20-00:55:01



Administracao

OF. GABPREF Nº 71 /18

Belo Horizonte, 24 / 04 /2018

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1526/2017** – Vereador Gabriel – encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 518/18, de 07/03/18.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1526/2017, de autoria do Vereador Gabriel, que solicita informações sobre a ciclovia bidirecional segregada a ser implantada pelo Anchieta Garden Shopping.

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana emitiu resposta por meio do Ofício SMPU/GP-DTL nº 332/2018, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

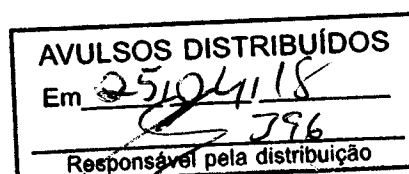
Caio Barros Cordeiro

Diretor Técnico-Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

CÂMERA MUNIC. DE BELO HORIZONTE 25/ABR/2018 10:40 000010541

1-699100-91-20-21-01/100/00-000010541

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Vereador Henrique Braga
CAPITAL





Ofício SMPU/GP-DTL nº 332/2018

**REF.: DEMANDA 65590 – OPERAÇÃO URBANA SIMPLIFICADA CONDOMÍNIO VILLAGGIO ANCHIETA
SHOPPING ANCHIETA – PROCESSO 01-071.705/15-33 – RUA FRANCISCO DESLANDES, 900**

Belo Horizonte, 15 de março de 2018.

Prezado Diretor,

Em resposta à Demanda nº 65590 – OF. Dirleg nº 518/18 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, informamos que a Lei nº 10.954/16, que instituiu a Operação Urbana Simplificada da Rua Francisco Deslandes e Adjacências, estabeleceu como obrigações do empreendedor, a serem cumpridas a título de contrapartida em função dos benefícios concedidos na Operação Urbana, a elaboração dos projetos e execução das seguintes intervenções:

- a) Implantação de abrigos especiais para passageiros de ônibus ao longo da Rua Francisco Deslandes;
- b) Implantação de iluminação direcionada para pedestres ao longo dos passeios da Rua Francisco Deslandes;
- c) Qualificação da praça de acesso ao Parque Julien Rien.

Ressalta-se que, além da realização das intervenções, cabe ao empreendedor garantir a manutenção dos equipamentos públicos e intervenções implantados por, no mínimo, 05 (cinco) anos.

Com relação ao andamento das intervenções, informamos:

- a) A proposta para implantação dos abrigos especiais foi alinhada entre o empreendedor e a BHTRANS. O empreendedor está providenciando a elaboração de projeto executivo para aprovação e posterior execução.

**Ilmo. Sr.
Caio Barros Cordeiro
Diretoria Técnico-Legislativa/GP**

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA
Avenida Álvares Cabral, nº 217/ 6º andar – Centro – Belo Horizonte / MG
CEP: 30.170-000 – tel.: (31) 3246-0090 - smpu@pbh.gov.br

SUPLAN – JOANA MONNERAT DE OLIVEIRA



b) A proposta de iluminação foi apresentada pelo empreendedor e está em análise na SUDECAP.

c) A proposta de qualificação de acesso ao Parque Julien Rien, protocolada em setembro de 2017 na Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN), consiste em redesenho e qualificação da Praça Marino Mendes. Em novembro de 2017, a Diretoria de Urbanismo e Espaço Público da SUPLAN emitiu parecer com diretrizes para alteração da proposta, a serem consideradas na elaboração dos Projetos de Arquitetura, Desenho Urbano, Geométrico e Paisagismo.

A intervenção relativa à construção da ciclovia localizada na Rua Francisco Deslandes, indicada no Parecer Técnico SMAPU nº 21/2015 e prevista no Projeto de Lei nº 1.897/16 que originou a Lei nº 10.954/16, foi retirada através de emenda supressiva, aprovada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Posteriormente, em 22 de setembro de 2016, o Conselho Municipal de Política Urbana- COMPUR, reunido em sua 225ª Sessão Ordinária, deliberou a respeito da lacuna na legislação relativa à contrapartida da Operação Urbana Simplificada e aprovou a redefinição da aplicação do valor que seria investido na implantação da ciclovia da Rua Francisco Deslandes, transferindo-o para a implantação de ciclovia na Avenida Barbacena. No entanto, esta intervenção foi suspensa pela BHTRANS tendo em vista que a expansão da malha cicloviária na Região Central está em processo de revisão pelo Executivo.

Destaca-se que conforme a Lei nº 10.954/16, emitido o Alvará de Obra em Logradouro Público para as intervenções, o prazo máximo para a realização das mesmas é de 18 (dezoito) meses.



Adicionalmente, salienta-se que, além das contrapartidas previstas na Lei nº 10.954/16, que trata da Operação Urbana Simplificada, há também a execução de condicionantes impostas ao empreendimento em decorrência do processo de licenciamento ambiental (art.67, VI, da Lei 7.165/96 e alterações) para as quais sugerimos apuração junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

Maria Fernandes Caldas
Secretária Municipal de Política Urbana

C/ Cópia

Ilmo Sr.
Josué Costa Valadão
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



Subsecretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano

RESPOSTA À DEMANDA SMAPU - 65590

Belo Horizonte, 15 de março de 2018.

REF.:

Operação Urbana Simplificada Condomínio Villaggio Anchieta

Shopping Anchieta. Processo 01-071.705/15-33

LOCALIZAÇÃO: Rua Francisco Deslandes, 900. Bairro Anchieta.

À Secretaria Municipal de Políticas Urbanas,

Prezada Sra. Secretária,

Em resposta Demanda n° 65590 - Of. DIRLEG N° 518/18 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, informamos que a Lei n° 10.954/16, que instituiu a Operação Urbana Simplificada da Rua Francisco Deslandes e Adjacências, estabeleceu como obrigações do empreendedor, a serem cumpridas a título de contrapartida em função dos benefícios concedidos na operação urbana, a elaboração dos projetos e execução das seguintes intervenções:

- a) implantação de abrigos especiais para passageiros de ônibus ao longo da Rua Francisco Deslandes;
- b) implantação de iluminação direcionada para pedestres ao longo dos passeios da Rua Francisco Deslandes;
- c) qualificação da praça de acesso ao Parque Julien Rien.

Ressalta-se que além da realização das intervenções, cabe ao empreendedor garantir a manutenção dos equipamentos públicos e intervenções implantados por, no mínimo, 5 (cinco) anos.

Com relação ao andamento das intervenções, informamos:

- a) A proposta para implantação dos abrigos especiais foi alinhada entre o empreendedor e a BHTRANS. O empreendedor está providenciando a elaboração de projeto executivo para aprovação e posterior execução.
- b) A proposta de iluminação foi apresentada pelo empreendedor e está em análise na Sudecap.
- c) A proposta de qualificação de acesso ao Parque Julien Rien, protocolada em setembro de 2017 na Suplan, consiste em redesenho e qualificação da Praça Marino Mendes. Em novembro de 2017 a Diretoria de Urbanismo e Espaço Público da Suplan emitiu parecer com diretrizes para alteração da proposta, a serem consideradas na elaboração dos Projetos de Arquitetura, Desenho Urbano, Geométrico e Paisagismo.

A intervenção relativa à construção da ciclovia localizada na Rua Francisco Deslandes, indicada no parecer técnico SMAPU n° 21/2015 e prevista no Projeto de Lei n° 1.897/16 que originou a Lei n° 10.954/16, foi retirada através de emenda supressiva, aprovada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Posteriormente, em 22 de setembro de 2016, o Conselho Municipal de Política Urbana --

MINUTA



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Subsecretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano

COMPUR, reunido em sua 225ª sessão ordinária, deliberou a respeito da lacuna na legislação relativa à contrapartida da operação urbana simplificada e aprovou a redefinição da aplicação do valor que seria investido na implantação da ciclovia da Rua Francisco Deslandes, transferindo-o para a implantação de ciclovia na Av. Barbacena. No entanto, esta intervenção foi suspensa pela BHTRANS tendo em vista que a expansão da malha cicloviária na região Central está em processo de revisão pelo Executivo.

Destaca-se que conforme a Lei nº 10.954/16, emitido o alvará de obra em logradouro público para as intervenções, o prazo máximo para a realização das mesmas é de 18 (dezoito) meses.

Adicionalmente, salienta-se que além das contrapartidas previstas na Lei nº 10.954/16, que trata da Operação Urbana Simplificada, há também a execução de condicionantes impostas ao empreendimento em decorrência do processo de licenciamento ambiental (art. 67, VI, da Lei 7.165/96 e alterações) para as quais sugerimos apuração junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

Joana S. Monnerat de Oliveira

Arquiteta

Diretoria de Gestão da Política Urbana
Subsecretaria de Planejamento Urbano



OF. GABPREF Nº 70 /18

Belo Horizonte, 24 /04 /2018

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.566/2017** – Vereador Pedro Patrus – encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 520/18, de 07/03/18.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.566/2017, de autoria do Vereador Pedro Patrus, que solicita informações sobre os Conselhos Fiscais das Autarquias e Fundações Municipais.

Consultada, a Secretaria Municipal de Governo, emitiu resposta por meio do Ofício SMGO/DTel Nº 65/2018, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Caio Barros Cordeiro

Diretor Técnico-Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUN. DE BHT 24/ABR/2018 14:55 000010536

1-09100-15:03:51-11/04/2018-001640-1
CMBH DIRLEG-24/04/18-15:20:51-001640-1

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Vereador Henrique Braga
CAPITAL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 24 / 04 / 2018
6/04/2018
Responsável pela distribuição

Ofício SMGO/DETEL Nº 65/2018

Belo Horizonte, 27 de abril de 2018.

Assunto: Resposta ao pedido de informações sobre os Conselhos Fiscais das Autarquias e Fundações do Município de Belo Horizonte – Requerimento de Comissão 1566/2017.

Senhor Caio Barros,

Seguem tabelas anexas, com dados relativos ao pedido de informações sobre os Conselhos Fiscais das Autarquias e Fundações do Município de Belo Horizonte – Requerimento de Comissão 1566/2017.

Atenciosamente,



Paulo Lamac
Secretário Municipal de Governo.

Ao Senhor
Caio Barros Cordeiro
Consultor Técnico Especializado do Gabinete do Prefeito.
Diretoria Técnicolegislativa
Afonso Pena 1212, 2º andar.

Conselho Fiscal da Superintendência de Desenvolvimento da Capital		
REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
SUDECAP - FISCAL - VALOR PAGO EM 2016: R\$828,16	Gleison Pereira de Souza - TITULAR	20/11/2015 a 27/05/2017
	Thiago Alexsander Costa Grego - SUPLENTE	20/11/2015 a 13/08/2016
	Leonardo Amaral Castro - SUPLENTE	13/08/2016 a 27/05/2017
	Andrea Pereira Fróes - SUPLENTE	27/05/2017 a 20/11/2017
	Mauro Heleno Ladeira de Oliveira - TITULAR	14/04/2016 a 27/05/2017
	Francisco Maia Barbosa Duarte - TITULAR	27/05/2017 a 20/11/2017
	Sebastião Olindo de Mattos - SUPLENTE	20/11/2015 a 27/05/2017
	Maria Consuelita Oliveira - SUPLENTE	27/05/2017 a 20/11/2017
	Vítor Mário Valverde - TITULAR	20/11/2015 a 27/05/2017
	Felipe Santos Ferreira - TITULAR	27/05/2017 a 20/11/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira - SUPLENTE	20/11/2015 a 20/11/2017
	Fabiano Geraldo Pimenta Júnior - TITULAR	20/11/2015 a 27/05/2017
	Miriam Aparecida Silva Maciel - TITULAR	27/05/2017 a 20/11/2017
	Janete Maria de Souza - SUPLENTE	20/11/2015 a 27/05/2017
	Marinês Beling da Silva - SUPLENTE	27/05/2017 a 20/11/2017
	Sidnei Bispo - TITULAR	20/11/2015 a 27/05/2017
	Hugo Catão Leão Coelho - TITULAR	27/05/2017 a 20/11/2017
	Mauro Henrique de Toledo Moura - SUPLENTE	20/11/2015 a 27/05/2017
	Oscar Augusto Duval da Silva - SUPLENTE	27/05/2017 a 20/11/2017
SUDECAP - FISCAL - VALOR PAGO EM 2017: R\$1.040,56	Cristina Rodrigues Teixeira - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Andrea Pereira Fróes - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
	Francisco Maia Barbosa Duarte - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Maria Consuelita Oliveira - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
	Felipe Santos Ferreira - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
	Miriam Aparecida Silva Maciel - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Marinês Beling da Silva - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
	Hugo Catão Leão Coelho - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Oscar Augusto Duval da Silva - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
Valor total pago em 2016: R\$ 46.846,25 (quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos)		
Valor total pago em 2017: R\$ 36.558,34 (trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos)		
As reuniões ocorrem trimestralmente, e não há exigência de publicação das Atas.		

Conselho Fiscal da Fundação de Parques Municipais		
REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
FPM - VALOR PAGO EM 2016: R\$ 784,91	Alúcio Rocha Moreira TITULAR	06/05/2015 a 14/03/2016
	Leônidas José de Oliveira SUPLENTE	21/07/2015 a 14/03/2016
	Marcello Guilherme Abi-Saber TITULAR	15/03/2014 a 14/03/2016
	Flávia Mourão Parreira do Amaral SUPLENTE	15/03/2014 a 14/03/2016
	Aires Ferreira TITULAR	21/07/2015 a 14/03/2016
	Márcio de Almeida Dutra SUPLENTE	15/03/2014 a 14/03/2016
FPM - VALOR PAGO EM 2016: R\$ 784,91	Aires Ferreira TITULAR	15/03/2016 a 18/07/2017
	Leônidas José de Oliveira SUPLENTE	15/03/2016 a 18/07/2017
	Alúcio Rocha Moreira TITULAR	15/03/2016 a 18/07/2017
	Márcio de Almeida Dutra SUPLENTE	15/03/2016 a 18/07/2017
	Marcello Guilherme Abi-Saber TITULAR	15/03/2016 a 18/07/2017
	Nourival de Souza Resende Filho SUPLENTE	15/03/2016 a 18/07/2017
FPM - VALOR PAGO EM 2017: R\$ 1.040,56	Pollyanna Caieira Costa Amaral TITULAR	18/07/2017 a 02/09/2017
	Irma Isabel de Moura SUPLENTE	18/07/2017 a 02/09/2017
	Patrícia Soares Ferreira TITULAR	18/07/2017 a 02/09/2017
	Sandra da Silva Cunha SUPLENTE	18/07/2017 a 02/09/2017
	Guilherme de Souza Barcelos TITULAR	18/07/2017 a 02/09/2017
	Simone Andere SUPLENTE	18/07/2017 a 02/09/2017
<i>Conselho extinto em 02/09/2017.</i>		
<i>As reuniões ocorriam trimestralmente.</i>		
<i>A Atas eram publicadas no Diário Oficial do Município - DOM.</i>		

Conselho Fiscal da Fundação Zoobotânica

REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
FZB - VALOR PAGO EM 2016: R\$ 828,16	Eduardo Prates Octaviani Bernis TITULAR	21/07/2015 a 14/04/2016
	Marcello Guilherme Abi-Saber TITULAR	14/04/2016 a 08/05/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira SUPLENTE	09/05/2015 a 08/05/2017
	Bruno Leonardo Passeli TITULAR	09/05/2015 a 14/04/2016
	Vítor Mário Valverde TITULAR	14/04/2016 a 08/05/2017
	Humberto Pereira de Abreu Júnior SUPLENTE	09/05/2015 a 08/05/2017
	Hipérides Dutra de Araújo Ateniense TITULAR	21/07/2015 a 08/05/2017
	Janete Maria de Souza SUPLENTE	09/05/2015 a 08/05/2017

FZB - VALOR PAGO EM 2017: R\$ 1.040,56	Elizabeth Cristina Silva TITULAR	09/05/2017 a 02/09/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira SUPLENTE	09/05/2017 a 02/09/2017
	Alberto Lage Paula Carvalho Resende TITULAR	09/05/2017 a 02/09/2017
	Felipe Prates Rozenberg SUPLENTE	09/05/2017 a 02/09/2017
	Vera Lúcia de Castro Maciel TITULAR	09/05/2017 a 02/09/2017
	Patrícia Soares Ferreira SUPLENTE	09/05/2017 a 02/09/2017

Conselho extinto em 02/09/2017.

As reuniões ocorriam trimestralmente, e não há exigência de publicação das Atas.

**Conselho Fiscal da Fundação de Parques Municipais e
Zoobotânica**

REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
FPMZB - VALOR PAGO EM 2017: R\$ 1.040,56	Pollyanna Caieira Costa Amaral TITULAR	02/09/2017 a 22/03/2018
	Irma Isabel de Moura SUPLENTE	02/09/2017 a 22/03/2018
	Patrícia Soares Ferreira TITULAR	02/09/2017 a 22/03/2018
	Sandra da Silva Cunha SUPLENTE	02/09/2017 a 22/03/2018
	Guilherme de Souza Barcelos TITULAR	02/09/2017 a 22/03/2018
	Simone Andere SUPLENTE	02/09/2017 a 22/03/2018

As Atas são publicadas no Diário Oficial do Município - DOM.

As Reuniões ocorrem trimestralmente.

Conselho Fiscal da Fundação Municipal de Cultura

REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
FMC - VALOR PAGO EM 2016: R\$ 828,16	Josué Costa Valadão TITULAR	30/04/2014 a 29/04/2016
	Omar Pinto Domingos SUPLENTE	30/04/2014 a 29/04/2016
	Marcello Guilherme Abi-Saber TITULAR	21/07/2015 a 29/04/2016
	Ana Luiza Nabuco Palhano SUPLENTE	30/04/2014 a 29/04/2016
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira TITULAR	30/04/2014 a 29/04/2016
	Ana Paula Simões Hilário SUPLENTE	30/04/2014 a 29/04/2016
FMC - VALOR PAGO EM 2016: R\$ 828,16	Pier Giorgio Senesi Filho TITULAR	12/08/2016 a 01/01/2017
	Ana Paula Simões Hilário SUPLENTE	29/04/2016 a 01/01/2017
	Marcello Guilherme Abi-Saber TITULAR	29/04/2016 a 01/01/2017
	Hipérides Dutra de Araújo Ateniense SUPLENTE	29/04/2016 a 01/01/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira TITULAR	29/04/2016 a 01/01/2017
	Omar Pinto Domingos SUPLENTE	29/04/2016 a 01/01/2017
FMC - VALOR PAGO EM 2017: R\$ 1.040,56	Caio Barros Cordeiro TITULAR	09/06/2017 a 08/06/2019
	Marisângela Nunes Duarte SUPLENTE	09/06/2017 a 08/06/2019
	Wellington Geraldo da Silva Correa TITULAR	09/06/2017 a 08/06/2019
	Wellington Geraldo da Silva Correa SUPLENTE	09/06/2017 a 08/06/2019
	Adriana Branco Cerqueira TITULAR	09/06/2017 a 08/06/2019
	Sandra da Silva Cunha SUPLENTE	09/06/2017 a 08/06/2019

As reuniões ordinárias ocorrem trimestralmente.

Não há exigência de publicação das Atas.

Conselho Fiscal da Superintendência de Limpeza Urbana		
REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
SLU-FISCAL - VALOR PAGO EM 2016: R\$ 828,16	Marcos José Mendes de Carvalho TITULAR	17/08/2015 a 06/05/2017
	Josué Costa Valadão SUPLENTE	07/05/2015 a 01/06/2016
	Marcelo de Souza e Silva TITULAR	24/07/2015 a 13/08/2016
	Janete Maria de Souza TITULAR	13/09/2016 a 06/05/2017
	Sebastião Olindo de Mattos SUPLENTE	07/05/2015 a 06/05/2017
	Ramon Victor Cesar TITULAR	24/07/2015 a 06/05/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira SUPLENTE	07/05/2015 a 06/05/2017
	Leonardo Amaral Castro TITULAR	04/05/2016 a 06/05/2017
	Carlos Márcio Simões de Castro SUPLENTE	07/05/2015 a 06/05/2017
	Regis Augusto Souto TITULAR	24/07/2015 a 06/05/2017
	Lídia Maria de Carvalho Otoni Vasconcellos SUPLENTE	07/05/2015 a 06/05/2017
SLU-FISCAL - VALOR PAGO EM 2017: R\$ 1.040,55	Felipe Santos Ferreira TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
	Hugo Catão Leão Coelho TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Lina Márcia Pimentel dos Santos SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
	Amira Hissa Gomide de Oliveira TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Márcia Alves Duarte SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
	Francisco Maia Barbosa Duarte TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Maria Imaculada Porto SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
	Guilherme de Souza Barcelos TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Fátima de Almeida Silva Freitas SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
<i>As reuniões ocorrem trimestralmente, e não há exigência de publicação das Atas.</i>		

Conselho Fiscal do Hospital Metropolitano Odilon Behrens

REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
HOB-FISCAL - VALOR PAGO EM 2016: R\$ 826,16	José de Freitas Maia TITULAR	21/07/2015 a 01/06/2016
	Marcos José Mendes de Carvalho SUPLENTE	02/06/2014 a 01/06/2016
	Vasco de Oliveira Araújo TITULAR	21/07/2015 a 01/06/2016
	Guilherme José Antonini Barbosa SUPLENTE	02/06/2014 a 01/06/2016
	Janete Maria de Souza TITULAR	02/06/2014 a 04/05/2016
	Karine Paiva Silva TITULAR	04/05/2016 a 01/06/2016
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira SUPLENTE	02/06/2014 a 01/06/2016
	Denilton Flávio Fernandes de Oliveira TITULAR	02/06/2014 a 01/06/2016
	Priscilla Karen Silva SUPLENTE	02/06/2014 a 01/06/2016
	Ricardo de Miranda Aroeira TITULAR	21/07/2015 a 01/06/2016
	Leonardo Amaral Castro SUPLENTE	02/06/2014 a 01/06/2016
HOB-FISCAL - VALOR PAGO EM 2016: R\$ 826,16	José de Freitas Maia TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Marcos José Mendes de Carvalho SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017
	Vasco de Oliveira Araújo TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Guilherme José Antonini Barbosa SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017
	Karine Paiva Silva TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira - SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017
	Vilma de Melo TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Priscilla Karen Silva SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017
	Ricardo de Miranda Aroeira TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Leonardo Amaral Castro SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017

HOB-FISCAL - VALOR PAGO EM 2017: R\$ 1.040,56	Claudia Fidelis Barcaro TITULAR	27/05/2017 a 01/06/2018
	Marli Marangon Mendes Moraes SUPLENTE	27/05/2017 a 09/06/2017
	Vilma de Melo SUPLENTE	09/06/2017 a 01/06/2018
	Paulo Cesar Machado Pereira TITULAR	27/05/2017 a 28/06/2017
	Hilton Brant Machado TITULAR	28/06/2017 a 01/06/2018
	Felipe Prates Rozenberg SUPLENTE	27/05/2017 a 01/06/2018
	Caio Barros Cordeiro TITULAR	27/05/2017 a 01/06/2018
	Rafaelia Cristian Barbosa Santos SUPLENTE	27/05/2017 a 01/06/2018
	Jomara Alves da Silva TITULAR	27/05/2017 a 01/06/2018
	Reinaldo Onofre dos Santos SUPLENTE	27/05/2017 a 01/06/2018
	Renata Mascarenhas Bernardes TITULAR	27/05/2017 a 01/06/2018
	Flávia Lúcia Coelho Mota Pinheiro SUPLENTE	27/05/2017 a 01/06/2018
<i>As reuniões ocorrem mensalmente e não há exigência de publicação das Atas.</i>		

**Conselho Fiscal da Fundação de Parques Municipais e
Zoobotânica**

REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
FPMZB R\$ 1.040,56	Pollyanna Caieira Costa Amaral TITULAR	02/09/2017 a 22/03/2018
	Irma Isabel de Moura SUPLENTE	02/09/2017 a 22/03/2018
	Patrícia Soares Ferreira TITULAR	02/09/2017 a 22/03/2018
	Sandra da Silva Cunha SUPLENTE	02/09/2017 a 22/03/2018
	Guilherme de Souza Barcelos TITULAR	02/09/2017 a 22/03/2018
	Simone Andere SUPLENTE	02/09/2017 a 22/03/2018
<i>As Atas são publicadas no Diário Oficial do Município - DOM.</i>		
<i>As Reuniões ocorrem trimestralmente.</i>		

Conselho Fiscal da Fundação de Parques Municipais		
REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
FPM R\$ 784,91	Aires Ferreira TITULAR	15/03/2016 a 18/07/2017
	Leônidas José de Oliveira SUPLENTE	15/03/2016 a 18/07/2017
	Aluísio Rocha Moreira TITULAR	15/03/2016 a 18/07/2017
	Márcio de Almeida Dutra SUPLENTE	15/03/2016 a 18/07/2017
	Marcello Guilherme Abi-Saber TITULAR	15/03/2016 a 18/07/2017
	Nourival de Souza Resende Filho SUPLENTE	15/03/2016 a 18/07/2017
FPM R\$ 1.040,56	Pollyanna Caieira Costa Amaral TITULAR	18/07/2017 a 02/09/2017
	Irma Isabel de Moura SUPLENTE	18/07/2017 a 02/09/2017
	Patrícia Soares Ferreira TITULAR	18/07/2017 a 02/09/2017
	Sandra da Silva Cunha SUPLENTE	18/07/2017 a 02/09/2017
	Guilherme de Souza Barcelos TITULAR	18/07/2017 a 02/09/2017
	Simone Andere SUPLENTE	18/07/2017 a 02/09/2017
<i>Conselho extinto em 02/09/2017.</i>		
<i>As reuniões ocorriam trimestralmente.</i>		
<i>A Atas eram publicadas no Diário Oficial do Município - DOM.</i>		

Conselho Fiscal da Fundação Zoobotânica

REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
FZB R\$ 828,16	Marcello Guilherme Abi-Saber TITULAR	14/04/2016 a 08/05/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira SUPLENTE	09/05/2015 a 08/05/2017
	Vítor Mário Valverde TITULAR	14/04/2016 a 08/05/2017
	Humberto Pereira de Abreu Júnior SUPLENTE	09/05/2015 a 08/05/2017
	Hipérides Dutra de Araújo Ateniense TITULAR	21/07/2015 a 08/05/2017
	Janete Maria de Souza SUPLENTE	09/05/2015 a 08/05/2017
FZB R\$ 1.040,56	Elizabeth Cristina Silva TITULAR	09/05/2017 a 02/09/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira SUPLENTE	09/05/2017 a 02/09/2017
	Alberto Lage Paula Carvalho Resende TITULAR	09/05/2017 a 02/09/2017
	Felipe Prates Rozenberg SUPLENTE	09/05/2017 a 02/09/2017
	Vera Lúcia de Castro Maciel TITULAR	09/05/2017 a 02/09/2017
	Patrícia Soares Ferreira SUPLENTE	09/05/2017 a 02/09/2017
<i>Conselho extinto em 02/09/2017.</i>		
<i>As reuniões ocorriam trimestralmente, e não há exigência de publicação das Atas.</i>		

Conselho Fiscal da Fundação Municipal de Cultura

REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
FMC R\$ 828,16	Pier Giorgio Senesi Filho TITULAR	12/08/2016 a 01/01/2017
	Ana Paula Simões Hilário SUPLENTE	29/04/2016 a 01/01/2017
	Marcello Guilherme Abi-Saber TITULAR	29/04/2016 a 01/01/2017
	Hipérides Dutra de Araújo Ateniense SUPLENTE	29/04/2016 a 01/01/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira TITULAR	29/04/2016 a 01/01/2017
	Omar Pinto Domingos SUPLENTE	29/04/2016 a 01/01/2017
FMC R\$ 1.040,56	Caio Barros Cordeiro TITULAR	09/06/2017 a 08/06/2019
	Marisângela Nunes Duarte SUPLENTE	09/06/2017 a 08/06/2019
	Wellington Geraldo da Silva Correa TITULAR	09/06/2017 a 08/06/2019
	Wellington Geraldo da Silva Correa SUPLENTE	09/06/2017 a 08/06/2019
	Adriana Branco Cerqueira TITULAR	09/06/2017 a 08/06/2019
	Sandra da Silva Cunha SUPLENTE	09/06/2017 a 08/06/2019
<i>As reuniões ordinárias ocorrem trimestralmente.</i>		
<i>Não há exigência de publicação das Atas.</i>		

Conselho Fiscal do Hospital Metropolitano Odilon Behrens

REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
HOB-FISCAL R\$ 826,16	José de Freitas Maia TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Marcos José Mendes de Carvalho SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017
	Vasco de Oliveira Araújo TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Guilherme José Antonini Barbosa SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017
	Karine Paiva Silva TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira - SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017
	Vilma de Melo TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Priscilla Karen Silva SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017
	Ricardo de Miranda Aroeira TITULAR	02/06/2016 a 27/05/2017
	Leonardo Amaral Castro SUPLENTE	02/06/2016 a 27/05/2017
HOB-FISCAL R\$ 1.040,56	Claudia Fidelis Barcaro TITULAR	27/05/2017 a 01/06/2018
	Marli Marangon Mendes Moraes SUPLENTE	27/05/2017 a 09/06/2017
	Vilma de Melo SUPLENTE	09/06/2017 a 01/06/2018
	Paulo Cesar Machado Pereira TITULAR	27/05/2017 a 28/06/2017
	Hilton Brant Machado TITULAR	28/06/2017 a 01/06/2018
	Felipe Prates Rozenberg SUPLENTE	27/05/2017 a 01/06/2018
	Caio Barros Cordeiro TITULAR	27/05/2017 a 01/06/2018
	Rafaella Cristian Barbosa Santos SUPLENTE	27/05/2017 a 01/06/2018
	Jomara Alves da Silva TITULAR	27/05/2017 a 01/06/2018
	Reinaldo Onofre dos Santos SUPLENTE	27/05/2017 a 01/06/2018
	Renata Mascarenhas Bernardes TITULAR	27/05/2017 a 01/06/2018
	Flávia Lúcia Coelho Mota Pinheiro SUPLENTE	27/05/2017 a 01/06/2018

As reuniões ocorrem mensalmente e não há exigência de publicação das Atas.

Conselho Fiscal da Superintendência de Limpeza Urbana		
REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
SLU-FISCAL R\$ 828,16	Marcos José Mendes de Carvalho TITULAR	17/08/2015 a 06/05/2017
	Janete Maria de Souza TITULAR	13/09/2016 a 06/05/2017
	Sebastião Olindo de Mattos SUPLENTE	07/05/2015 a 06/05/2017
	Ramon Victor Cesar TITULAR	24/07/2015 a 06/05/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira SUPLENTE	07/05/2015 a 06/05/2017
	Leonardo Amaral Castro TITULAR	04/05/2016 a 06/05/2017
	Carlos Márcio Simões de Castro SUPLENTE	07/05/2015 a 06/05/2017
	Regis Augusto Souto TITULAR	24/07/2015 a 06/05/2017
	Lídia Maria de Carvalho Otoni Vasconcellos SUPLENTE	07/05/2015 a 06/05/2017
SLU-FISCAL R\$ 1.040,55	Felipe Santos Ferreira TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
	Hugo Catão Leão Coelho TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Lina Márcia Pimentel dos Santos SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
	Amira Hissa Gomide de Oliveira TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Márcia Alves Duarte SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
	Francisco Maia Barbosa Duarte TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Maria Imaculada Porto SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
	Guilherme de Souza Barcelos TITULAR	07/05/2017 a 06/05/2019
	Fátima de Almeida Silva Freitas SUPLENTE	07/05/2017 a 06/05/2019
<i>As reuniões ocorrem trimestralmente, e não há exigência de publicação das Atas.</i>		

Conselho Fiscal da Superintendência de Desenvolvimento da Capital		
REMUNERAÇÃO	COMPOSIÇÃO	VIGÊNCIA DO MANDATO
	Gleison Pereira de Souza - TITULAR	20/11/2015 a 27/05/2017
	Leonardo Amaral Castro - SUPLENTE	13/08/2016 a 27/05/2017
	Andrea Pereira Fróes - SUPLENTE	27/05/2017 a 20/11/2017
	Mauro Heleno Ladeira de Oliveira - TITULAR	1/04/2016 a 27/05/2017
	Francisco Maia Barbosa Duarte - TITULAR	27/05/2017 a 20/11/2017
	Sebastião Olindo de Mattos - SUPLENTE	20/11/2015 a 27/05/2017
	Maria Consuelita Oliveira - SUPLENTE	27/05/2017 a 20/11/2017
	Vítor Mário Valverde - TITULAR	20/11/2015 a 27/05/2017
	Felipe Santos Ferreira - TITULAR	27/05/2017 a 20/11/2017
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira - SUPLENTE	20/11/2015 a 20/11/2017
	Fabiano Geraldo Pimenta Júnior - TITULAR	20/11/2015 a 27/05/2017
	Miriam Aparecida Silva Maciel - TITULAR	27/05/2017 a 20/11/2017
	Janete Maria de Souza - SUPLENTE	20/11/2015 a 27/05/2017
	Marinês Beling da Silva - SUPLENTE	27/05/2017 a 20/11/2017
	Sidnei Bispo - TITULAR	20/11/2015 a 27/05/2017
	Hugo Catão Leão Coelho - TITULAR	27/05/2017 a 20/11/2017
	Mauro Henrique de Toledo Moura - SUPLENTE	20/11/2015 a 27/05/2017
	Oscar Augusto Duval da Silva - SUPLENTE	27/05/2017 a 20/11/2017
SUDECAP - FISCAL R\$1.040,56	Cristina Rodrigues Teixeira - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Andrea Pereira Fróes - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
	Francisco Maia Barbosa Duarte - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Maria Consuelita Oliveira - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
	Felipe Santos Ferreira - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Reinaldo Antônio de Castro Ferreira - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
	Miriam Aparecida Silva Maciel - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Marinês Beling da Silva - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
	Hugo Catão Leão Coelho - TITULAR	21/11/2017 a 20/11/2019
	Oscar Augusto Duval da Silva - SUPLENTE	21/11/2017 a 20/11/2019
Valor total pago em 2016: R\$ 46.846,25 (quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos)		
Valor total pago em 2017: R\$ 36.558,34 (trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos)		
As reuniões ocorrem trimestralmente, e não há exigência de publicação das Atas.		